



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



EDUCAÇÃO &
CIDADANIA

SEM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO CHEGAREMOS A LUGAR ALGUM



Maria Helena Guimarães de Castro

*Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE).
Foi secretária-executiva do Ministério da Educação,
secretária de Educação do estado de São Paulo e
presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais (INEP)*

Para analisar a trajetória da educação e da cidadania no Brasil ao longo dos últimos 200 anos, desde a Independência, divido minha análise em duas fases: da proclamação da Independência, em 1822, até a promulgação da Constituição Federal de 1988; e daquele momento histórico até hoje. Entre a Independência e a Constituição, a ampliação da cidadania foi obstaculizada pelo fato de a educação básica não ter sido garantida para todos. No início dos anos 60 do século XX, o Brasil tinha a absurda taxa de 40% de adultos analfabetos. Na época, poucas pessoas tinham acesso à educação básica e pouquíssimas concluíam os quatro anos de primário, que era o único nível obrigatório. Na década de 1960, apenas 31% das crianças e jovens de 6 a 18 anos estavam na escola. Era uma escola excludente, para poucos.

A Carta de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, abriu a possibilidade de a educação se tornar um direito de todos. Apenas na década de 1990 é que a educação básica ganhou ênfase na política pública e a cidadania se consolidou. A partir daí, tivemos uma extraordinária inclusão

do ponto de vista do acesso à educação básica para todos. Mesmo assim, ainda em 1995, véspera do século XXI, tínhamos 25% das crianças pobres e mais vulneráveis fora da escola. O Fundef (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*) e o Fundeb (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica*) foram essenciais para garantir a ampliação do acesso à escola. No entanto, a qualidade do nosso ensino se mantém muito inferior à média internacional e tremendamente desigual conforme a classe social do aluno. Pelas evidências de pesquisas, estudos e avaliações, pode-se dizer que a educação brasileira não tem evoluído sua qualidade e tem ampliado suas desigualdades nos últimos anos. Houve avanço do ponto de vista do acesso e da inclusão, mas do ponto de vista da qualidade, observa-se melhoria da qualidade apenas nos anos iniciais e aumento das desigualdades.

Daqui para a frente, os desafios serão ainda maiores, porque, além das desigualdades terem aumentado, temos o problema da pandemia, que afetou a educação em todos os países, mesmo os mais desenvolvidos. Não há hoje uma total clareza sobre a gravidade da situação, nem quanto tempo será necessário para superar os efeitos dramáticos da pandemia sobre a educação. Muitos acreditaram estar tudo resolvido: que a pandemia acabou e daremos um salto para a

frente. Contudo, estamos diante de uma situação mais complexa, uma vez que milhares de professores e alunos abandonaram a escola ou perderam engajamento e compromisso com a rotina escolar. Daqui para a frente vai ser tudo mais difícil.

INCLUSÃO ESCOLAR APENAS NÃO BASTA

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) foi aplicado pela primeira vez no Brasil em 2000 e a cada três anos temos nova rodada. De 2000 até 2018, houve um aumento na inclusão de alunos, mas mantivemos mais ou menos o mesmo patamar de mediocridade em relação ao seu desempenho. Incluímos na matrícula, mas evoluímos pouco na qualidade. Em 2000, a amostra de alunos aptos a fazer a prova representava 31% da população entre 15 e 16 anos. Em 2018, tivemos um salto para 64% de alunos. Foi uma inclusão tão rápida, com adequação idade-série ao longo desses anos, que o diretor do PISA destaca o Brasil como o país que menos piorou ao realizar a inclusão de alunos de diferentes estratos socioeconômicos. Trata-se de um fato a ser comemorado, pois mesmo com a rápida expansão das matrículas, não houve queda de desempenho.

O problema está na má qualidade do ensino, inclusive para os estudantes

da elite rica brasileira, com acesso a escolas de alto nível. É alarmante que mesmo alunos de nível socioeconômico elevado, com acesso a bens culturais, cujos pais têm ensino superior completo, não consigam ter desempenho equivalente à média dos alunos da OCDE. A única maneira de melhorar essa situação é investir pesadamente na formação de professores. Em geral, eles saem da faculdade sem conhecimento pedagógico do conteúdo que vão ensinar, sem saber aplicar a didática aos conteúdos e sem conhecer o currículo por competências, lançado em 2000 pelo PISA e que orienta todos os países da União Europeia.

No Brasil, ainda há professores e pedagogos que, por preconceitos ideológicos e amarras conceituais antigas, são contra o currículo por competências. Não sabem que, para desenvolver competências interdisciplinares, os alunos precisam aprender conteúdos disciplinares, sem os quais não serão capazes de desenvolver nem as competências cognitivas tradicionais nem as chamadas *soft skills*, essenciais para o presente e o futuro: abertura ao novo, empatia, resiliência, pensamento crítico, criatividade e solução colaborativa de problemas. Essa resistência ao currículo por competências comprova que é impossível melhorar o ensino sem formação de professores, em um projeto de país que leve a educação

a sério. Esse é nosso grande desafio: implantar um projeto de país que junte educação e desenvolvimento social e econômico. Sem enfrentá-lo, não teremos futuro promissor para as novas gerações no terceiro centenário da Independência.

CULTURA PRÓ-EDUCAÇÃO

Precisamos mostrar que melhorar a equidade e a qualidade da educação é fundamental para o Brasil e para cada brasileiro. Uma nova agenda deve mostrar que tudo vai depender da educação: melhoria da produtividade, aumento da renda, crescimento econômico, obtenção de emprego, saúde e segurança pública. Falta uma agenda de comunicação para mostrar isso, criando uma nova cultura pró-educação no país. Precisamos desenvolver um projeto de nação no qual a educação seja a política pública mais importante para retomar o crescimento, para aumentar a produtividade e para que as pessoas tenham mais empregabilidade. O ensino superior para todos não vai resolver, até porque nenhum país do mundo tem ensino superior para todos. É a educação de base que deve ser para todos. Uma dificuldade adicional é que o brasileiro, em geral, acredita que a educação

ministrada no país está boa, quando, efetivamente, não está.

Em torno de 22% dos jovens de 18 a 24 anos vão para o ensino superior no Brasil. No entanto, mais da metade das matrículas é de alunos acima de 25 anos. São pessoas que terminam o ensino médio mais tarde, ou que precisaram entrar no mercado de trabalho e só depois conseguiram fazer faculdade, no período noturno. Não adianta aumentar o número de alunos que vão para o ensino superior se estes abandonarem seus cursos. A taxa média de evasão nas universidades públicas hoje é 50%; nas universidades particulares, o índice é 62%. Não conseguem seguir os cursos por falta de educação básica de qualidade e, muitas vezes, devido à desconexão dos currículos dos cursos superiores com sua profissionalização para o mundo do trabalho. Ou seja, os jovens vão para o ensino superior e o abandonam porque não têm o conhecimento fundamental necessário e precisam trabalhar para complementar a renda das famílias.

Além de defender a ideia de cotas, para os alunos de baixa renda, é importante melhorar o ensino médio e fazer com que ele seja suficiente para dar empregabilidade aos alunos que não vão para o ensino superior. E, também, para que dê uma boa base para aqueles que ingressarão em universidades.

Esse é nosso grande desafio: implantar um projeto de país que junte educação e desenvolvimento social e econômico. Sem enfrentá-lo, não teremos futuro promissor para as novas gerações no terceiro centenário da Independência.

ALFABETIZAÇÃO PARA A CONTEMPORANEIDADE

Maria Helena de Castro aborda três questões centrais: o abandono histórico da educação ao longo de 200 anos, o salto recente na ampliação das matrículas e o fato disso não se distribuir equitativamente. Houve avanço na quase universalização da matrícula, mas não em frequência, assiduidade, permanência, aprendizagem e aproveitamento do aprendizado, para formar uma população alfabetizada para a contemporaneidade: falar e escrever muito bem o português; falar e ler mais de um idioma; saber as bases das ciências, da matemática, da geografia, da história e de problemas do mundo moderno; ter familiaridade com o uso das ferramentas digitais; dispor de pelo menos um ofício; adquirir sensibilidade para a solidariedade entre os seres humanos e com a natureza; ser capaz de aprender ao longo de toda a vida; e ter a motivação de lutar por um país e um mundo melhor e mais belo.

A consequência é que, apesar do avanço na educação a partir de 1988, a evolução da qualidade ocorreu de forma desigual, provocando aumento em quatro brechas de desigualdade: entre as crianças pobres e as ricas, entre algumas cidades e outras, entre o Brasil e outros países e, sobretudo, entre o que é ensinado e o que o mundo atual exige que se conheça para sair do analfabetismo para a contemporaneidade.

Para evitar essas quatro brechas, as próximas décadas vão assistir a dois tipos de debates relacionados à educação: como será a sala de aula do futuro e qual a política pública que irá assegurar salto na qualidade e na equidade do sistema escolar. Como evoluir da “aula teatral” – professor, aluno e quadro negro em sala – para a “aula cinematográfica” – professor, tecnologia de informação, bancos de dados e redes de mídia; como avançar de quase 7 mil frágeis e desiguais sistemas municipais para um sistema único, público e nacional de educação de base.

Se esse debate não surgir em propostas adotadas para uma estratégia de médio e longo prazo, o Brasil perderá mais uma chance de construir seu desenvolvimento e se situar em posição de destaque no mundo civilizatório do século XXI.



9 788579 573200 >



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA